



Ata da 36ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, reuniram-se, por videoconferência por meio da plataforma “Google Hangouts Meet”, em caráter ordinário, os membros da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas sob a presidência da Pró-Reitora de Graduação, **Professora Adma Kátia Lacerda Chaves**, contando com a presença do Vice-Reitor, **Professor Antonio Oliveira de Souza**, dos Pró-Reitores e/ou Representantes: **Aurizangela Oliveira de Sousa** (PROPGP); dos Diretores de Centro: **Romenique da Silva de Freitas** (CMB), **Tony Silva Almeida** (CMBJL), **Luís Gustavo Henriques do Amaral** (CCET), **Thiago Ribeiro Rafagnin** (CEHU) e **Bruno Trindade Reis** (CMLEM); da Vice-Diretora representando a Direção de Centro: **Izabela Barbosa Moraes** (CCBS); do Representante dos Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação: **Rubio José Ferreira**; e do representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação: **Edson Nogueira Nonato**; para tratarem da seguinte pauta: 1) **Informes**; 2) **Apreciação de Atos - Declarações Ad Referendum à CEAA**: a) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 085, DE 07 DE JUNHO DE 2024 – Aprova a CHAMADA PÚBLICA CPE/PROGRAD/UFOB Nº 01/2024 - SELEÇÃO DE COORDENADOR INSTITUCIONAL PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA**; Considerando a necessidade de submissão de proposta institucional ao EDITAL CAPES Nº 10/2024, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, seguindo as normas da PORTARIA CAPES Nº 90/2024, alterada pela PORTARIA CAPES Nº 157/2024, que oferece mais de 5 (cinco) mil bolsas para o desenvolvimento do PIBID no Estado da Bahia; Considerando a necessidade de atendimento ao cronograma do EDITAL CAPES Nº 10/2024 que abriu em 29 de maio e encerra as submissões em 25 de julho de 2024, sendo necessário selecionar o coordenador institucional e elaborar a proposta institucional neste intervalo; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.005321/2024-11; b) **DECLARAÇÃO AD REFERENDUM À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 086, DE 07 DE JUNHO DE 2024 – Aprova a CHAMADA PÚBLICA CPE/PROGRAD/UFOB Nº 02/2024 - SELEÇÃO DE COORDENADOR DE ÁREA PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA**; Considerando a necessidade de submissão de proposta institucional ao EDITAL CAPES Nº 10/2024, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, seguindo as normas da PORTARIA CAPES Nº 90/2024, alterada pela PORTARIA CAPES Nº 157/2024, que oferece mais de 5 (cinco) mil bolsas para o desenvolvimento do PIBID no Estado da Bahia; Considerando a necessidade de atendimento ao cronograma do EDITAL CAPES Nº 10/2024 que abriu em 29 de maio e encerra as submissões em 25 de julho de 2024,



sendo necessário selecionar o coordenador institucional e elaborar a proposta institucional neste intervalo; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.005324/2024-46; 3) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de apreciação da Proposta de Resolução que Institui e regulamenta a Política de Mobilidade Acadêmica Internacional na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pelo Gabinete da Reitoria, Processo 23520.008224/2023-91, Relator: Conselheiro Bruno Trindade Reis. Havendo *quórum*, a Senhora Presidente, Professora Adma Kátia Lacerda Chaves, cumprimentou a todos os conselheiros presentes e deu início à 36ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho Universitário da UFOB. Passou ao primeiro ponto da pauta: 1) **Informes**. Não havendo comunicações, seguiu-se ao segundo ponto de pauta: 2) **Apreciação de Atos - Declarações *Ad Referendum* à CEAA:** a) **DECLARAÇÃO *AD REFERENDUM* À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 085, DE 07 DE JUNHO DE 2024 – Aprova a CHAMADA PÚBLICA CPE/PROGRAD/UFOB Nº 01/2024 - SELEÇÃO DE COORDENADOR INSTITUCIONAL PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA; Considerando a necessidade de submissão de proposta institucional ao EDITAL CAPES Nº 10/2024, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, seguindo as normas da PORTARIA CAPES Nº 90/2024, alterada pela PORTARIA CAPES Nº 157/2024, que oferece mais de 5 (cinco) mil bolsas para o desenvolvimento do PIBID no Estado da Bahia; Considerando a necessidade de atendimento ao cronograma do EDITAL CAPES Nº 10/2024 que abriu em 29 de maio e encerra as submissões em 25 de julho de 2024, sendo necessário selecionar o coordenador institucional e elaborar a proposta institucional neste intervalo; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.005321/2024-11; b) DECLARAÇÃO *AD REFERENDUM* À CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 086, DE 07 DE JUNHO DE 2024 – Aprova a CHAMADA PÚBLICA CPE/PROGRAD/UFOB Nº 02/2024 - SELEÇÃO DE COORDENADOR DE ÁREA PARA O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA; Considerando a necessidade de submissão de proposta institucional ao EDITAL CAPES Nº 10/2024, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, seguindo as normas da PORTARIA CAPES Nº 90/2024, alterada pela PORTARIA CAPES Nº 157/2024, que oferece mais de 5 (cinco) mil bolsas para o desenvolvimento do PIBID no Estado da Bahia; Considerando a necessidade de atendimento ao cronograma do EDITAL CAPES Nº 10/2024 que abriu em 29 de maio e encerra as submissões em 25 de julho de 2024, sendo necessário selecionar o coordenador institucional e elaborar a proposta institucional neste intervalo; e, Atendendo ao encaminhamento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, Processo 23520.005324/2024-46. A Presidente Adma Chaves informou que foram emitidas duas declarações “*Ad Referendum*” referentes aos processos seletivos internos da UFOB para submissão de proposta institucional ao Edital nº 10/2024 da CAPES, que trata do Programa Institucional de**



Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, abrangendo o período 2024–2026. Explicou que o curto prazo para submissão das propostas demandou a adoção de medidas em caráter excepcional. As declarações corresponderam à CHAMADA PÚBLICA PROGRAD Nº 01/2024, destinada à seleção de Coordenador Institucional do PIBID, e à CHAMADA PÚBLICA PROGRAD Nº 02/2024, para seleção de Coordenadores de Área, ambas voltadas à composição da proposta institucional da UFOB. Feitas as justificativas e esclarecimentos, a Presidente passou a palavra aos Conselheiros para suas manifestações. Não havendo dúvidas e/ou contribuições, a **Senhora Presidente submeteu ao regime de votação as Declarações Ad Referendum à Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, que foram aprovadas por unanimidade.** Dando prosseguimento à pauta, a Presidente passou a palavra ao Relator para apresentação do terceiro ponto da pauta: **3) Apreciação do Parecer do Relator referente à Solicitação de apreciação da Proposta de Resolução que Institui e regulamenta a Política de Mobilidade Acadêmica Internacional na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pelo Gabinete da Reitoria, Processo 23520.008224/2023-91, Relator: Conselheiro Bruno Trindade Reis.** O conselheiro **Bruno Reis** cumprimentou a todos e registrou que o processo continha cento e vinte e quatro folhas e incluía a portaria de designação da comissão de elaboração, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019–2023, o relatório de proposição e a proposta de Resolução. Esclareceu que a finalidade da proposta é instituir e regulamentar a política de mobilidade acadêmica internacional da UFOB, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Em suas considerações, o Relator ressaltou que a proposta está alinhada ao PDI da Universidade, que defende a internacionalização como eixo essencial do fazer universitário. Contudo, apontou a necessidade de explicitar no preâmbulo da Resolução os Regulamentos de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, como referenciais normativos obrigatórios. Durante a leitura do Parecer, o Relator também apresentou trechos propositivos derivados dos regulamentos institucionais, sugerindo que fossem incorporados à redação final da política, de modo a esclarecer os critérios de aproveitamento de componentes curriculares, estágios, atividades de extensão e outras experiências acadêmicas desenvolvidas no exterior. Ressaltou que recebeu duas contribuições da comunidade universitária. No entanto, considerou apenas a contribuição relevante para o parecer, visto que a outra contribuição não tratava do objeto em apreciação. A contribuição enviada pela comunidade considerava desnecessária a exigência de convênio interinstitucional, em se tratando de universidades com reconhecimento internacional notório ou de centros acadêmicos com seriedade publicamente reconhecida, o que tornaria um requisito a mais e consequentemente aumentaria a burocracia e desestimularia os estudantes com interesse na mobilidade internacional. Em seu Parecer o Relator recomendou não acatar a sugestão recebida, fundamentado pelo Regulamento de Ensino de Graduação - REG, apresentando o seguinte artigo: *“Art. 90. O componente curricular cursado na UFOB ou em outra Instituição de Ensino Superior poderá ser aproveitado desde que o interessado apresente requerimento ao Colegiado do Curso, instruído com o seu histórico escolar. § 1º No caso de outra Instituição de Ensino Superior - IES, além do histórico escolar contendo a carga horária/crédito dos componentes curriculares cursados com aprovação, o interessado*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Conselho Universitário

Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

deverá apresentar as respectivas ementas e conteúdos programáticos. § 2º Somente serão consideradas as IES credenciadas pelo poder público ou pelo órgão competente, em caso de instituição estrangeira. § 3º Os documentos oriundos de instituições estrangeiras deverão estar acompanhados pelas respectivas traduções, a critério do Colegiado do Curso, exceto em caso de programa de intercâmbio, acordo ou convênio com a UFOB". Na sequência, o Relator fez as seguintes recomendações a saber: a) incluir no preâmbulo as Resoluções dos Regimentos de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, pois são os documentos que orientam o aproveitamento de componentes curriculares, com a seguinte redação: Considerando a Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 009, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia e Considerando a Resolução CEAA/CONSUNI/UFOB Nº 005, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre o Regulamento de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia; b) alterar o Capítulo V, para atender os regimentos de graduação e de pós-graduação, passando a ter a seguinte redação: **CAPÍTULO V - DO APROVEITAMENTO DOS ESTUDOS EM REGIME INTERNACIONAL E INTERNACIONAL VIRTUAL - SEÇÃO I- DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS NA GRADUAÇÃO - Art. 19.** O aproveitamento de estudos poderá ser requerido para efeito de integralização do currículo, para dispensa de cursar componente curricular ou carga horária nos cursos oferecidos pela Universidade. § 1º Não poderão ser objetos de aproveitamento de estudos os componentes curriculares do tipo: I- Estágio Obrigatório, nas situações de segunda graduação; II - Trabalho de Conclusão de Curso; III - Atividades Curriculares Complementares; IV - Atividades de Extensão; § 2º A coordenação do curso autorizará o aproveitamento de Estágio Obrigatório provindo de matriz curricular do mesmo curso mediante pedido do estudante. Art. 20. O componente curricular cursado na UFOB ou em outra Instituição de Ensino Superior poderá ser aproveitado desde que o interessado apresente requerimento ao Colegiado do Curso, instruído com o seu histórico escolar. § 1º No caso de outra Instituição de Ensino Superior - IES, além do histórico escolar contendo a carga horária/crédito dos componentes curriculares cursados com aprovação, o interessado deverá apresentar as respectivas ementas e conteúdos programáticos. § 2º Somente serão consideradas as IES credenciadas pelo poder público ou pelo órgão competente, em caso de instituição estrangeira. § 3º Os documentos oriundos de instituições estrangeiras deverão estar acompanhados pelas respectivas traduções, a critério do Colegiado do Curso, exceto em caso de programa de intercâmbio, acordo ou convênio com a UFOB. Art. 21. O Colegiado de Curso deliberará sobre a dispensa decorrente de aproveitamento de estudos, considerando-se o conteúdo programático, a carga horária e a metodologia dos estudos realizados pelo requerente. § 1º No caso de dispensa de componentes curriculares obrigatórios, os conteúdos programáticos e cargas horárias dos componentes cursados deverão corresponder ao mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) daqueles referentes aos componentes dispensados, exceto em situações especiais, a critério do Colegiado. § 2º No caso de dispensa de carga horária em componentes curriculares optativos, o Colegiado definirá o total a ser dispensado, conforme o disposto no caput deste artigo. Art. 22. O estudante participante de cursos, atividades e programas institucionais da UFOB e de outras instituições, envolvendo a pesquisa, ensino e



extensão, poderá ter seus trabalhos convertidos em carga horária do curso, a critério do Colegiado do Curso. § 1º A conversão em carga horária curricular, de que trata o caput deste artigo, dar-se-á para os componentes de natureza optativa e os critérios para dispensa deverão levar em conta a importância para o currículo do estudante, não podendo exceder a 120 (cento e vinte) horas de aproveitamento para cada evento para a graduação. § 2º Na matriz curricular dos cursos constará componentes curriculares com carga horária múltipla de 15h (quinze horas) para o aproveitamento de carga horária optativa podendo ser dispensado de forma individual ou combinada a critério do Colegiado de Curso de graduação. § 3º A mesma carga horária individual ou combinada não poderá ser dispensada mais de uma vez para um mesmo estudante. § 4º Os colegiados de curso deverão instituir suas respectivas metodologias de análise e aprovação de aproveitamentos de carga horária optativa. § 5º A forma de operacionalização da conversão de carga horária em componente curricular optativo e o respectivo registro no histórico escolar será estabelecida pelo órgão de registro acadêmico da UFOB. SEÇÃO II - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS NA PÓS-GRADUAÇÃO - Art. 23. A carga horária cursada com aprovação em componentes curriculares ofertados por Programas de Pós-Graduação de outras instituições poderá ser aproveitada, a critério do Colegiado do Programa. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às indicações, o Relator recomendou a aprovação da Proposta de Resolução de Mobilidade Internacional na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia. Concluída a apresentação do Parecer, a **Presidente Adma Chaves** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. A conselheira **Aurizangela Sousa** parabenizou o Relator e ressaltou a importância da Resolução como instrumento de fortalecimento da internacionalização da UFOB, destacando que o texto aborda com clareza a mobilidade de estudantes que saem da Instituição, mas não contempla a regulamentação da recepção de estudantes estrangeiros. Propôs, assim, que o documento incluísse dispositivos referentes à mobilidade de entrada, disciplinando matrícula, vínculo acadêmico e certificação dos estudantes estrangeiros que realizam intercâmbio presencial ou virtual na Universidade. A Conselheira também sugeriu que fosse garantido o *status* de “ativo em mobilidade internacional” aos estudantes da UFOB que participarem de intercâmbio, evitando a classificação de “trancado”, e propôs a criação de um componente curricular sem carga horária, intitulado “Mobilidade Acadêmica Internacional”, para constar nos históricos escolares como registro formal da experiência, valorizando não apenas o aproveitamento das disciplinas cursadas, mas também a vivência intercultural proporcionada pela mobilidade. A **Presidente Adma Chaves** considerou pertinentes as observações, concordando que o texto deveria refletir a condição de estudante ativo durante o período de mobilidade e que o registro da experiência internacional poderia ser objeto de instrução normativa específica. Reconheceu, ainda, a relevância de incluir menção à recepção de estudantes estrangeiros e de alinhar o documento às práticas de matrícula e acompanhamento já previstas nos regulamentos da graduação e pós-graduação. Em seguida, o conselheiro Relator **Bruno Reis** manifestou concordância com as observações apresentadas, ponderando que a redação poderia ser ajustada para mencionar, de forma geral, a observância dos regulamentos institucionais e o entendimento dos colegiados de curso, sem reproduzir integralmente os artigos dos



regulamentos, evitando sobreposição normativa. A Presidente reforçou que o art. 20 da proposta deveria ser adaptado, substituindo o termo “carga horária regular” por “obrigatória, optativa, atividades complementares e de extensão”, conforme terminologia institucional, e acrescentando a expressão “respeitando os regulamentos de ensino e o entendimento dos colegiados de curso”. A conselheira **Aurizangela Sousa** sugeriu incluir, no Capítulo III, dois artigos tratando da entrada de estudantes estrangeiros e do vínculo com a instituição de origem, observando os instrumentos normativos da UFOB, e propôs substituir no artigo 8º a expressão “*status* trancado” por “ativo em mobilidade acadêmica”. As sugestões foram acolhidas pelo Relator e pela Presidente. Outras contribuições registradas incluíram a proposta de substituição, no art. 6º, da expressão “resoluções específicas” por “instruções normativas”, por se tratar de normas de operacionalização; a adequação do art. 5º, substituindo “política de internacionalização” por “política de mobilidade internacional”; e a supressão de duplicidades entre as diretrizes que tratavam do estímulo e do aumento do número de estudantes em intercâmbio. Durante as discussões, foi também consensuado que a regulamentação da recepção de estudantes estrangeiros e os procedimentos operacionais de matrícula e aproveitamento seriam detalhados posteriormente em Instrução Normativa conjunta entre PROGRAD, PROPGP e DRI, preservando a coerência com o texto da política. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pelo Relator, quais sejam: a) excluir a recomendação do item "b" do parecer, com base na justificativa de que os detalhes sobre aproveitamentos serão descritos em outro documento; b) alterar o artigo 20 da proposta para enfatizar que o aproveitamento das ações deve respeitar os regulamentos de ensino de graduação e de pós-graduação, passando à seguinte redação: Onde se lê: “Art. 20. O aproveitamento das ações de ensino, pesquisa ou extensão poderá ser computado em carga horária regular, optativa, ACC, Extensão ou extracurricular de acordo a área de conhecimento e o entendimento do Colegiado de Curso. ” Leia-se: “Art. 20. O aproveitamento das ações de ensino, pesquisa ou extensão poderá ser computado em carga horária obrigatória, optativa, ACC ou de Extensão, de acordo com a área de conhecimento e o entendimento do Colegiado de Curso, respeitando os regulamentos de ensino de graduação e de pós-graduação”; c) incluir no Capítulo III, Da Mobilidade Acadêmica Internacional, dois artigos, com a justificativa de que este capítulo não trata da entrada acadêmica: Art. 16. A entrada acadêmica é destinada aos discentes de universidades estrangeiras que participarão de ações de ensino, pesquisa ou extensão em componentes curriculares e/ou disciplinas ofertadas pela UFOB. Art. 17. O vínculo acadêmico do discente será sempre com a instituição de origem, observando os instrumentos normativos da UFOB; d) alterar o artigo 8º da proposta, justificando que algumas Universidades podem exigir que o discente esteja com o vínculo ativo, passando a ter a seguinte redação: Onde se lê: “Art. 8º O discente em Mobilidade Acadêmica Internacional terá seu vínculo com a UFOB mantido, porém com status trancado e em mobilidade acadêmica. ” Leia-se: “Art. 8º O discente em Mobilidade Acadêmica Internacional terá seu vínculo com a UFOB mantido, porém com status ativo e em mobilidade acadêmica.”; e) alterar o artigo 6º da proposta, justificando que as regulamentações serão descritas por meio de instruções normativas, passando a ter a seguinte redação: Onde se lê: “Art. 6º A Mobilidade Acadêmica



Internacional para a Graduação e Pós-graduação na UFOB será regulamentada por esta política, demais legislações em vigor sobre o tema, editais de seleção e resoluções específicas, quando for o caso.” Leia-se: “Art. 6º A Mobilidade Acadêmica Internacional para a Graduação e Pós-graduação na UFOB será regulamentada por esta política, demais legislações em vigor sobre o tema, instruções normativas e editais de seleção, quando for o caso.”; f) alterar o artigo 5º da proposta, com a justificativa de melhoria do texto, passando a ter a seguinte redação: Onde se lê: “Art. 5º Constitui-se diretrizes desta política de internacionalização: ” Leia-se: “Art. 5º Constitui-se diretrizes desta política de mobilidade internacional ”; g) excluir a alínea B do artigo 5º da proposta, com a justificativa de que a alínea B é uma consequência direta da alínea C do referido artigo; h) alterar o artigo 7º da proposta, com a justificativa de melhoria do texto, passando a ter a seguinte redação: Onde se lê: “Art. 7º Para a efetivação desta Política de Mobilidade Acadêmica Internacional, a UFOB celebrará acordos de cooperação interinstitucionais e convênios acadêmicos com instituições de ensino, pesquisa e extensão estrangeiras para a participação de discentes da graduação ou pós-graduação na modalidade presencial e/ou virtual. ” Leia-se: “Art. 7º Para a efetivação desta Política de Mobilidade Acadêmica Internacional, a UFOB celebrará acordos de cooperação interinstitucionais e/ou convênios acadêmicos com instituições de ensino, pesquisa e extensão estrangeiras para a participação de discentes da graduação ou pós-graduação na modalidade presencial e/ou virtual.”; i) alterar o artigo 26 da proposta, com a justificativa de melhoria do texto, passando a ter a seguinte redação: Onde se lê: “Art. 26. Os casos omissos serão prestados pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas” Leia-se: “Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas”; j) alterar o artigo 27 da proposta, com a justificativa de melhoria do texto, passando a ter a seguinte redação: Onde se lê: “Art. 27. Esta Resolução entra vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviços. ” Leia-se: “Art. 27. Esta Resolução entra vigor na data de sua publicação.”; k) incluir no Preâmbulo da proposta: Considerando o DECRETO Nº 12.002, DE 22 DE ABRIL DE 2024, que estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos; l) incluir no Capítulo I, Da Natureza e da Finalidade, com a justificativa de que geralmente o artigo 1º é uma cópia da ementa, o seguinte artigo: Art. 1º Institui e regulamenta a Política de Mobilidade Acadêmica Internacional na Graduação e Pós-graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia –UFOB e m) alterar a numeração dos artigos na proposta, visto que, pelo item “n”, temos um novo art. 1º, e, pelo item “e”, temos novos art. 16 e art. 17. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, **a Senhora Presidente submeteu ao regime de votação o Parecer do Relator referente à Solicitação de apreciação da Proposta de Resolução que Institui e regulamenta a Política de Mobilidade Acadêmica Internacional na Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pelo Gabinete da Reitoria, Processo 23520.008224/2023-91, acolhidos os destaques aprovados pela Câmara, que foi aprovado por unanimidade.** A Presidente agradeceu a todos pela participação e colaboração para a realização da sessão. Às onze horas e cinquenta minutos, a Presidente da Câmara, Professora Adma Kátia Lacerda Chaves, encerrou a 36ª Reunião Ordinária da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas, assessora ao Conselho



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Conselho Universitário

Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

304 Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser
305 registrado, eu, Iva Paula de Araujo Teixeira, Secretária dos Órgãos de Deliberação
306 Superior *em exercício*, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e todos os
307 presentes na reunião de aprovação da ata, estando disponível na íntegra, gravada em
308 formato digital. Barreiras, 13 de junho de 2024. Ata aprovada na 49ª Reunião Ordinária
309 da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas - CEAA, realizada em
310 16 de outubro de 2025.



ATA DA CEAA Nº 16/2024 - SODS (11.01.21)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/10/2025 10:28)

ADMA KATIA LACERDA CHAVES

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROGRAD (11.01.30)

Matrícula: ###602#3

(Assinado digitalmente em 20/10/2025 10:18)

ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA

VICE-REITOR

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 16:10)

AURIZANGELA OLIVEIRA DE SOUSA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROPGP (11.01.40)

Matrícula: ###614#7

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 15:02)

CAMILA CRUZ DE OLIVEIRA ARAUJO

ASSISTENTE

GAB.REITORIA (11.01.10)

Matrícula: ###512#6

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 16:26)

EDUARDO GOMES DE OLIVEIRA

DIRETOR - SUBSTITUTO

CMB (11.01.14.01)

Matrícula: ###112#3

(Assinado digitalmente em 27/10/2025 17:09)

GABRIELA SILVA CERQUEIRA

COORDENADOR - TITULAR

PROFNIT (11.01.19.01.12)

Matrícula: ###363#4

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 20:43)

IVA PAULA DE ARAUJO TEIXEIRA

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - SUBSTITUTO

SODS (11.01.21)

Matrícula: ###525#1

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 15:52)

**JULIANNA JOANNA CARVALHO MORAES DE
CAMPOS BALDIN**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CCBS (11.01.19.02)

Matrícula: ###282#5

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 16:34)

LUIS GUSTAVO HENRIQUES DO AMARAL

DIRETOR - TITULAR

CCET (11.01.19.03)

Matrícula: ###452#7

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 15:32)

RICARDO DE JESUS MACHADO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CMSMV (11.01.18.01)

Matrícula: ###095#0

(Assinado digitalmente em 16/10/2025 17:17)

THIAGO RIBEIRO RAFAGNIN

DIRETOR - TITULAR

CEHU (11.01.19.01)

Matrícula: ###987#7